

Dívida externa financiará meio ambiente

O presidente Fernando Collor aprovou ontem o programa para a conversão da dívida externa em projetos de preservação ambiental que, numa primeira fase, atingirá US\$ 100 milhões. A conversão será possível apenas através de doações das organizações internacionais ou empresas interessadas. Os recursos doados, abatidos do total da dívida externa, serão destinados a um fundo patrimonial que tomará a forma de um título do Tesouro, perpétuo, redendo taxas de juros anuais de 6%. O rendimento é que será transferido para os projetos de proteção ambiental. "Com isso se evita qualquer pressão inflacionária já que 6% é uma quantia muito pequena", explicou o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira.

Como funciona

Duas empresas norte-americanas já estão interessadas em investir alguns milhões de dólares neste tipo de projeto, adiantou o ministro. Os títulos da dívida adquiridos no mercado internacional — com deságio (desconto) — serão convertidos ao valor de face (sem desconto) em cruzeiros pelo Banco Central. Estes recursos integrarão um fundo patrimonial e tomarão a forma de título do Tesouro que, de acordo com o ministro, será criado através de um projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso



Arnildo Schulz

Marcílio disse que conversão da dívida atingirá US\$ 100 mi

Nacional, após o recesso. Enquanto o título não é criado, o mecanismo poderá ser operacionalizado através de um depósito a ser feito no Banco Central.

"Estes títulos, perpétuos, renderão uma taxa anual de juros de 6%, a serem desembolsados pelo Banco do Brasil, mensalmente. Eles possuem uma cláusula cambial para que o doador possa se beneficiar caso exista algum tratamento tributário privilegiado em seu país", esclareceu Marcílio Marques Moreira. O ministro assi-

nalou que as doações poderão ser destinadas a qualquer entidade brasileira, pública ou privada, que se dedicar a problemas ambientais, inclusive estudos. A aplicação dos rendimentos efetivamente em projetos ambientais será fiscalizada pelo Ibama e pela Secretaria de Ciência e Tecnologia. "Se houver desvio, cessa o título", afirmou Marcílio Marques Moreira. Caso a entidade beneficiada deixe de existir sem ser incorporada a outra, os títulos serão devolvidos ao Tesouro Nacional ou transferidos para ou-

tra instituição se houver uma fusão. Como o título é perpétuo, ficará de posse da instituição a que é dirigida. Concluído o projeto original a que destinava, poderá ser transferido para outras instituições.

Segundo o ministro da Economia, a doação representa uma redução imediata da dívida externa brasileira. Para a primeira etapa — o projeto-piloto — o Governo estabeleceu um teto máximo para conversão de US\$ 100 milhões, mas não determinou nenhum prazo. "Depois dessa primeira etapa vamos rever os resultados obtidos e, se necessário, promover mudanças". Marcílio Marques Moreira acredita que haverá entidades, bancos ou instituições interessadas nesse tipo de cooperação. "Todas as alterações de conversão dívida-natureza feitas, por exemplo, no Equador, Bolívia e Costa Rica, são sempre na base da doação. A conversão que não a de doação ou a que não se destina a privatização tem um efeito monetário e, no momento, nós não podemos arcar com efeitos inflacionistas".

Segundo o ministro da Economia, o projeto-piloto terá que ser aprovado pela comissão composta pelo Ministério das Relações Exteriores, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ministério da Economia.